

JOVENS MÉDICOS E ESTUDANTES EM VIGÍLIA DE PROTESTO

«A MINISTRA ESTÁ A PASSAR-NOS
UM ATESTADO DE MENORIDADE»

Jovens médicos e estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e da Faculdade de Medicina do Porto concentraram-se ontem à noite na Praça da Liberdade, numa vigília de protesto contra as anunciadas medidas com que a ministra Leonor Beleza pretende alterar a regulamentação das carreiras médicas e do internato geral. Esta iniciativa, segundo membros das associações de estudantes, «vem no seguimento de outras formas de contestação que visa repor a justiça na legislação».

A luta que tem apostado a classe médica ao Ministério da Saúde tem inundado as Redacções dos jornais de tal modo, que a opinião pública terá razões de sobra para se dividir entre as posições em confronto. Ainda que os contestatários das medidas governamentais digam, publicamente, que a sua luta não é partidária, os vários modelos de saúde pública a aplicar estão aqui em debate, com as necessárias e incontestáveis representações e opções de carácter ideológico servindo de base. Uma outra estratégia se põe de passeio entre o bem público que os políticos perseguem e as políticas de saúde. É o interesse de classe de uma categoria profissional com mais privilégios que a média dos portugueses, os médicos.

«LEONOR BELEZA NÃO É INGENHA»

«A ministra da Saúde não é ingénua. Ela pretende alterar o sistema de prestação pública, de modo a diminuir substancialmente os «plafonds» orçamentais com a saúde e começa precisamente por mexer nos direitos adquiridos dos mais fracos, os recém-licenciados», afirmaram ao «CP» Avelino Fraga, presidente da Associação de Estudantes do ICBAS, e Rui Lomelino, da Comissão Nacional de Candidatos ao Internato Geral.

Em Portugal, como na quase totalidade dos países ocidentais, os médicos têm uma formação escolar de seis anos, sendo a primeira metade denominada ciclo escolar, enquanto os três últimos anos constituem o ciclo clínico, onde o aluno

tem o primeiro contacto com os doentes no hospital escolar.

Após a conclusão da licenciatura, o médico inscreve-se na Ordem dos Médicos e realiza, obrigatoriamente, o internato geral num hospital distrital, que reúne as condições necessárias para que este efectue uma triagem o mais completa possível. Este período dura 21 meses e a distribuição dos médicos pelos diferentes hospitais, efectuada através de concurso, respeita uma lógica que tem a ver com as classificações obtidas durante a licenciatura.

Com o internato geral concluído, o médico pode concorrer à via hospitalar, à clínica geral nos Centros de Saúde dos Serviços Médico-Sociais ou trabalhar no âmbito da Saúde Pública, carreira que entre outras atribuições investiga as várias doenças macro-sanitárias. Estas carreiras são estatutais, mas o médico pode também trabalhar no âmbito da medicina privada.

Na carreira hospitalar, segue-se o internato complementar, as especialidades, as direcções de serviço (cirurgia, medicina, pediatria, cardiologia, etc.), as chefias de clínica e a direcção do hospital. Estas funções nem sempre existem em todos os hospitais. Porém, para que existam os escalões inferiores terão que existir, também, os imediatamente superiores. Por exemplo, num hospital com determinado número de internos gerais e complementares, existem pelo menos cinco especialistas, dois chefes de clínica e um director.

Os internos gerais trabalham nos vários serviços, constituem a maioria dos médicos que se encontram nos serviços de urgência e passam ainda pelas várias valências incluindo o Serviço Público e a Clínica Geral.

«Quem for a uma Urgência de um hospital, à noite, será, seguramente, atendido só por internos gerais e estes só «incomodarão» os especialistas, que poderão estar a dormir, em caso de extrema necessidade. Ora, é sabido que muita gente vai à urgência ao mínimo pretexto, mas também é verdade que

somos nós que fazemos 70 por cento do trabalho das urgências, e podemos dizer que sem nós, os serviços não funcionam», frisou Rui Lomelino.

«JÁ FIZEMOS O CICLO CLÍNICO»

A ministra diz agora que o trabalho que os internos gerais efectuem deve ser «um estágio e não um trabalho dissociado». Ela pretende que os internos gerais devam estar nos hospitais para aprender e não efectuar qualquer acto médico. Isto é contrariado pelos clínicos que a acusam de «não conhecer a realidade da saúde», pois, dizem que já fizeram «o ciclo clínico nas escolas e que o trabalho que executam é supervisionado pelos superiores hierárquicos do hospital». Afirmam, por outro lado, que a «ministra está a dar um atestado de menoridade às escolas de medicina do País, com largos créditos internacionais». Os nossos interlocutores referiram ainda que «devido a este processo houve já doentes que na Urgência do Santo António se recusaram a ser vistos por internos gerais, certamente duvidando da sua idoneidade».

Os jovens médicos contestam também a afirmação de que «não querem ir para a periferia» e adiantam uma acusação: «a ministra pretende com isso manipular a opinião pública. Nós queremos de facto trabalhar na periferia, e de resto, é o estado que diz quem vai ou não para a periferia».

Os internos gerais tinham também uma remuneração compatível com a letra G da Função Pública, e tinham com ela uma espécie de vínculo. Agora, os jovens médicos receberão o mesmo dinheiro, não a título de remuneração, mas de subsídio. Quer dizer, que não haverá mais vínculo com a Função Pública («O Estado não pode empregar todos os médicos» — diz a ministra), e o tempo de estágio não contará para efeitos de reforma e previdência social.

«Leonor Beleza, de início, não queria pagar qualquer subsídio aos

internos gerais que trabalhassem nos hospitais centrais, e daria um subsídio de 15 contos aos que fossem para a periferia, a título de participação por deslocação. O facto de ela pagar agora o mesmo que pagava até aqui, visa intoxicar a opinião pública. Nada nos garante que em anos posteriores ela não vá diminuindo os subsídios, uma vez que eles estão dependentes das atribuições orçamentais de cada ano».

Para além de não querer pagar o trabalho que recebe, a ministra deseja causar desemprego, o que não está de acordo com as promessas governamentais, de protecção ao emprego juvenil. Um outro objectivo da ministra, a médio ou longo prazo, será passar todos os internos gerais do Ministério da Saúde para o Ministério da Educação, e um dia para fazermos o internato geral teremos que nos matricular na Universidade e pagar propinas, como aconteceu já com os estagiários das faculdades de Farmácia», salientaram os nossos interlocutores.

As razões de economia de saúde invocadas pela governante, também merecem reparos dos políclínicos. Segundo eles, «os 7 mil contos que o Estado gasta com a formação de um médico devem ser continuados e os 3 milhões de contos que ela diz aferrar com estas medidas são muito exagerados. Em saúde não se deve poupar, mas se ela quiser poupar que deixe de pagar o milhão de contos que gasta com subsídios a medicamentos de efeito placebo, como o Sargenor e os anti-depressivos que possuem efeitos mais psicológicos que físicos».

Os nossos interlocutores foram ao ponto de considerar que «estas atribuições se destinam a proteger interesses de multinacionais de produtos farmacêuticos».

«Seguidamente e a médio-prazo, a ministra dará o passo lógico de alterar também o internato complementar, e, possivelmente, modificará algumas das situações que a Ordem dos Médicos defende como sagradas», concluíram.

JOAQUIM FONSECA

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Encado do Conselho

